

Centrão quer ser partido

O deputado Ulysses Guimarães informou ontem a um grupo de correligionários ter sido procurado pelo deputado Expedito Machado, um dos líderes do Centrão. De acordo com Ulysses, Expedito Machado deseja que ao Centrão sejam franqueados direitos e regalias correspondentes aos partidos políticos, como reconhecimento de suas lideranças e reserva de tempo para ocupar a tribuna da Constituinte. Adiantou o presidente do PMDB e da Constituinte que não vai atender às solicitações de Expedito Machado, porque, até do ponto de vista regimental, não teria meios de fazê-lo. Embora não tenha confessado, Ulysses no fundo recusa-se a se transformar em objeto de destruição do seu partido, se admitisse a existência formal do Centrão como um partido. Afinal de contas, o Centrão se formou e se cevou nas entranhas da bancada do PMDB na Constituinte.

Mas também vai ser difícil ao PMDB resistir aos assédios de pulverização que sofre nesta fase da Constituinte. Esse fato era perfeitamente previsível pela maioria dos observadores. O PMDB funcionou até agora como uma frente política, abrigando grupos ideológicos inconciliáveis. No momento em que as questões ideológicas emergiram na Constituinte, tornou-se inevitável a divisão interna do partido. No próprio Centrão vários dos seus principais organizadores admitem que o bloco em questão pode ser o embrião de um futuro partido político, que abrigaria tendências de centro e de direita, enfim, os diversos grupos políticos conservadores da política nacional.

De tocaia contra Covas

O senador Mário Covas, líder do PMDB, queixa-se de que nos episódios políticos da semana passada relacionados com a reforma do regimento interno da Cons-

tituinte, tornou-se contra ele forças muito poderosas, que pretendiam destruí-lo politicamente.

— Até parecia — frisa ele — que tinha gente de tocaia atrás do colo com um único objetivo, o de aniquilar-me.

Ele se exime de qualquer responsabilidade no impasse que levou ao confronto político na Constituinte, por ocasião da votação na semana passada do substitutivo Cardoso Alves, o qual modificou o regimento interno. Mas não quer se defender de Público da tribuna da Constituinte, historiando os fatos como na verdade se passaram. Acha que a ocasião não é oportuna.

Entendimento na Constituinte

O deputado gaúcho Nelson Jobim, do PMDB, a quem o deputado Ulysses Guimarães recorre com frequência como especialista em Direito Constitucional, considera importante o acordo parcial obtido pelas principais lideranças da Constituinte em torno do seu regimento interno, a ser formalizado hoje durante votação prevista para a tarde. Acredita que o clima de negociação e entendimento deve ser perseguido a todo custo nas questões de mérito, objeto de apreciação por parte da Constituinte, de modo que isso resulte em novas conquistas econômicas e sociais na futura Constituição brasileira. É da opinião de que papel preponderante está reservado na Constituinte ao grupo histórico do PMDB, se ele tiver suficiente competência política nas negociações a serem em breve desenvolvidas. "Vamos namorar o futuro", diz o parlamentar gaúcho. Lembra, a propósito, que os compromissos dos "progressistas" do PMDB devem ser com o futuro, com sua capacidade de produzir um texto constitucional que represente o progresso, ao invés de registrar retrocessos. Adverte ser preciso ter

flexibilidade política. Se em determinado assunto ou matéria não for possível obter cem por cento das conquistas, é preferível ter 70% de progresso do que ficar com nada, numa atitude de cega intransigência.

Walters e Freire

Conta o deputado comunista Roberto Freire, do PCB, como se deu seu recente encontro em Nova Iorque com o general Vernon Walters, chefe da delegação dos Estados Unidos na ONU. Ambos foram convidados a uma recepção social oferecida pelo chefe da delegação brasileira na ONU, embaixador Paulo Nogueira Baptista. Em dado momento, o parlamentar comunista foi informado por um dos presentes à recepção que o general Walters tinha curiosidade em conhecê-lo e com ele conversar. Respondeu que nada tinha a opor. O encontro, segundo Roberto Freire, foi meramente protocolar. No entanto, em dado momento o chefe da delegação dos Estados Unidos na ONU contestou versões da imprensa de que tivesse havido interferência dos Estados Unidos no movimento militar que depôs o Governo João Goulart em 64. Naquela ocasião, Walters era adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

Dedo de ACM

Em recente encontro mantido com Mário Amato, presidente da Fiesp, o ministro Antônio Carlos Magalhães informou-lhe que foi graças ao seu empenho e argumentação pessoal junto ao presidente Sarney que o Governo decidiu suspender a aplicação do Imposto sobre o Patrimônio Líquido. O ministro colocou-se ainda à disposição do presidente da Fiesp para servir, quando for o caso, de ponte a uma melhor entendimento entre o Governo e os empresários. A versão desses acontecimentos foi dada por Amato a um grupo de diretores da Fiesp.